

AS “FAVELAS”, UMA INVENÇÃO CULTURAL E POLÍTICA: UMA ANÁLISE COMPARADA DA REPRESENTAÇÃO DA POBREZA URBANA NO RIO DE JANEIRO E EM BELO HORIZONTE (1897-1920)

Samuel Silva Rodrigues de Oliveira¹

Resumo: O artigo analisa a representação social da “favela” comparando a história urbana do Rio de Janeiro e de Belo Horizonte ao longo da Primeira República. A imagem da favela substituiu a do cortiço como representação da pobreza urbana no Rio de Janeiro e em Belo Horizonte. Construindo uma escala de comparação entre as duas cidades, a análise desenvolvida no artigo complexifica a compreensão da história da informalidade urbana no Brasil. A pesquisa foi elaborada a partir de pesquisa documental em legislações municipais de postura, na imprensa e em fotografias nas duas cidades.

Palavras-chave: Favelas; Rio de Janeiro; Belo Horizonte.

THE “FAVELAS”, A CULTURAL AND POLITICAL INVENTION: A COMPARED ANALYSIS OF
THE REPRESENTATION OF URBAN POVERTY IN RIO DE JANEIRO AND BELO HORIZONTE
(1897-1920)

Abstract: The article analyzes the social representation of the “favela” comparing the urban history of Rio de Janeiro and Belo Horizonte during the First Republic. The image of the favela replaced that of the cortiço as a representation of urban poverty in Rio de Janeiro and Belo Horizonte. Building a scale of comparison between the two cities, the analysis developed in the article complexifies the understanding of the history of urban informality in Brazil. The research was based on documentary research in municipal legislation on posture, press and photographs in both cities.

Keywords: Favela; Rio de Janeiro; Belo Horizonte.

A palavra “favela” para designar a pobreza urbana no Brasil foi inventada ao longo da Primeira República (1889-1930). Na análise de historiadores, geógrafos, antropólogos e sociólogos, nas primeiras décadas do século XX, a palavra “Favela” (substantivo próprio), inicialmente usado para designar a ocupação informal do Morro da Providência na região central do Rio de Janeiro, tornou-se um substantivo comum, “favela” (grafado em minúscula), para designar a pobreza urbana. Essa transformação linguística ocorreu através de mediações de políticos, jornalistas, intelectuais, e grupos sociais que, através do novo vocábulo, substituem a representação do cortiço como símbolo político e ideológico da pobreza urbana. Ao longo do século XX, a imagem da favela ocupou a centralidade na imaginação da pobreza e informalidade urbana no Brasil, ainda que não abarcasse a

¹ Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca. Email: samu_oliveira@yahoo.com.br

heterogeneidade das formas de habitar e viver identificadas com a pobreza e reprodução das desigualdades sociais.²

As análises em torno desse processo de substantivação de um novo vocábulo para a representação da pobreza urbana foram levantadas por vários pesquisadores nos anos de 1990 e 2000, destacando-se o trabalho pioneiro de Maurício de Almeida Abreu, no artigo “Uma história esquecida – origem e expansão das favelas no Rio de Janeiro”,³ e de Lícia do Prado Valladares, no livro *A invenção da favela*.⁴ As pesquisas enfocam a história social do espaço urbano e da política das favelas no Rio de Janeiro, mas evitam construir comparações que agregassem outras cidades. Permanece uma lacuna e o questionamento sobre como outras localidades do Brasil incorporam a imagem da favela como representação da pobreza urbana e dos problemas habitacionais e sociais a ela associados.⁵ Nesse artigo, analisa-se como esse processo ocorreu em Belo Horizonte, estabelecendo uma *escala de comparação* com o Rio de Janeiro e sua história.

Na história da informalidade urbana no Brasil, o comparativismo nem sempre tem sido um procedimento reivindicado: as análises dos espaços urbanos são feitas a partir da formação de um *corpus* de documentos e conceitos restritos a uma cidade ou mesmo localidade. Tentando romper com os limites desses recortes, em favor da complexificação da historiografia, o artigo entende a história comparada como um campo teórico e metodológico que envolve não só a análise

² ABREU, Maurício de Almeida. Reconstruire une histoire oubliée – Origine e expansion initiale des favelas de Rio de Janeiro. *Genèse*, Paris, n. 16, p. 45-68, 1994; VALLADARES, Lícia do Prado. **A invenção da favela: do mito de origem à favela.com**. Rio de Janeiro: FGV, 2005; MATTOS, Romulo Costa. **Pelos Pobres! Campanhas pela construção de habitações populares e discursos sobre as favelas na Primeira República**. 2008. 275f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008; OLIVEIRA, Samuel Silva Rodrigues de. **“Os trabalhadores favelados”**: identificação das favelas e movimentos sociais no Rio de Janeiro e Belo Horizonte. 2014.322f. Tese (Doutorado em História) – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2014.

³ ABREU, Maurício de Almeida. *Op. Cit.*

⁴ VALLADARES, Lícia do Prado. *Op. Cit.*

⁵ A pesquisa de Alberto Sousa indica que, na passagem da imagem do “mocambo” para a “favela” nos debates sobre habitação popular em Recife ao longo do século XX, houveram mediações construídas nas ordens dos discursos e dispositivos de controle urbanísticos, políticos e sociais, mas um termo não aboliu a representação do outro. Cf. SOUSA, Alberto. **Do mocambo à favela: Recife, 1920-1990**. João Pessoa: Editora UFPB, 2003.

de países distintos, mas também a comparação entre cidades e regiões.⁶ Como Marcel Detienne, entende-se o comparativismo como uma atividade criativa e coletiva, que envolve a construção de *escalas de comparação*, a partir de categorias singulares-plurais, que permitam apreender semelhanças, diferenças e os traços incomparáveis na história.⁷

Rio de Janeiro e Belo Horizonte são cidades com morfologia social e urbana distintas e ocupam *status* diferentes na comunidade nacional. Todavia, estabelecemos a representação social das “favelas” como uma *escala de comparação* que possibilita perceber a circularidade de um vocábulo do léxico urbano, e que acentua como as relações de classe, raça e cidadania se estabeleceram na República e nas modernizações urbanas do início do século XX.⁸ A análise comparada complexifica a história social do espaço urbano e contribui para a tendência da historiografia das favelas de desconstrução dos mitos e das genealogias presentes no senso comum e nos discursos oficiais sobre as cidades. No Rio de Janeiro, o senso comum e a memória da cidade reproduzem a narrativa da gênese da primeira favela a partir da referência à ocupação do Morro da Providência pelos soldados que retornaram da guerra de Canudos em 1897, sem considerar a complexidade das transformações urbanas nas primeiras décadas do século XX.

Em Belo Horizonte, a análise comparada também ajuda a contestar o mito da primeira favela de Belo Horizonte, criado pelo geógrafo Roger Teulière no artigo “As favelas de Belo Horizonte”⁹ e pelo historiador Abílio Barreto no *Resumo*

⁶ BARROS, José D’Assunção. **História Comparada**. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 14-16.

⁷ DETIENNE, Marcel. **Comparar o incomparável**. Aparecida: Ideias e Letras, 2000. p. 45-52.

⁸ As relações entre raça, classe e cidadania na República são temas de grande complexidade na história social e política do Brasil contemporâneo. Para compreensão sobre a forma como esses temas se relacionam na construção do espaço urbano nas duas cidades em foco cf. CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996; FISCHER, Brodwyn. **A poverty Rights: Citizenship and Inequality in Twentieth-Century Rio de Janeiro**. Stanford/Califórnia: Stanford University Press, 2008; MATTOS, Romulo Costa. *Op. Cit.*; GUIMARÃES, Berenice Martins. **Cafuas, barracos e barracões Belo Horizonte, cidade planejada**. 1991. 321f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1991; OLIVEIRA, Samuel. *Op. Cit.*; PEREIRA, Josemeire Alves. **Para além do horizonte planejado: racismo e produção do espaço urbano em Belo Horizonte – séculos XIX e XX**. 2019. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2019.

⁹ TEULIÈRES, Roger. As favelas de Belo Horizonte. **Boletim Geográfico Mineiro**, Belo Horizonte, n. 1, p. 8-30, 1957.

histórico de Belo Horizonte.¹⁰ Esses analistas identificaram a primeira favela da cidade em 1895, e formaram um consenso que foi reproduzido na narrativa dos primeiros censos de favelas da cidade e em análises sócio-históricas posteriores. Criou-se uma narrativa das origens da favela em Belo Horizonte que se confundia com a fundação da cidade planejada, sem diferenciar as mediações políticas e sociais que envolviam a passagem da “Favela” (nome próprio) para a “favela” (substantivo comum).

Para realizar a análise comparada, a pesquisa estabeleceu um *corpus* de fontes nas duas cidades, envolvendo relatórios oficiais de órgãos de Estado, legislações urbanísticas, reportagens e imagens fotográficas. Tem como recorte o período de 1897 a 1920, demarcando a renovação da imaginação sobre pobreza urbana na Primeira República entre o fim da Guerra de Canudos e as transformações das representações das cidades, no período entreguerras, com o surgimento de planos inspirado por urbanistas que impulsionariam novos debates sobre a modernização urbana.¹¹ O artigo está dividido em três partes: duas analisam e narram a formação da imaginação da pobreza urbana no Rio de Janeiro e em Belo Horizonte na passagem do século XIX para o XX, e uma terceira faz uma síntese do comparativismo, apresentada como considerações finais da análise.

Do cortiço à “favela”: a representação da pobreza urbana no Rio de Janeiro

O topônimo “Favela” existiu tanto no Rio de Janeiro como em Belo Horizonte. Em 1897, soldados que retornaram da Guerra de Canudos pediram a autorização do Exército para construção de suas moradias no morro da Providência, atrás do Ministério da Guerra. O morro já era ocupado por habitações populares: em 1893, com a destruição do cortiço Cabeça de Porco, o prefeito Barata Ribeiro (1892-1893) já havia autorizado os moradores do cortiço a aproveitarem os restos da demolição para construir casas no morro; um dos donos do cortiço alugou os terrenos aos interessados em construir suas habitações naquele espaço.

¹⁰ BARRETO, Abílio. **Resumo histórico de Belo Horizonte**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1950.

¹¹ Sobre o surgimento do “urbanismo” como ciência autônoma no entreguerras e a construção dos primeiros planos urbanísticos no Brasil sob inspiração desse novo discurso Cf. RIBEIRO, Luiz César de Queiroz; PECHMAN, Robert (org.). **Cidade, povo e nação: Gênese do urbanismo moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996; LEME, Maria Cristina. **Urbanismo no Brasil, 1895-1965**. Salvador: EdUfba, 2005.

Após a instalação dos soldados, o referido lugar ficou conhecido como Morro da Favela.¹² Em Belo Horizonte, os operários contratados pela Comissão Construtora da Nova Capital (1894-1897) construíram suas moradias no Alto da Estação, em 1895, com anuência da autoridade pública em virtude da escassez de alojamentos. O lugar foi designado como “Alto da Favela”. Os moradores dessa área foram removidos pelo poder público em 1902, sob a justificativa higienista.¹³

Todavia, a substantivação do termo favela ocorreu nas primeiras décadas do século XX no Rio de Janeiro, com a perenidade do Morro da Favela e um processo de estigmatização das áreas de ocupação informal após a Reforma Passos. Com a demolição dos cortiços e as aberturas de avenidas no centro do Rio de Janeiro pelo prefeito Pereira Passos (1902-1906), os morros ganharam evidência na imaginação da pobreza urbana. Segundo Valladares, depois da “ferrenha campanha contra o cortiço foi despertado o interesse pela favela, um novo espaço geográfico e social que despontava pouco a pouco como o mais recente território da pobreza”.¹⁴ A promiscuidade, a insalubridade, o risco das classes perigosas, a vadiagem e outros predicados morais atribuídos ao cortiço e seus habitantes foram transferidos para as favelas. A identificação do cortiço e das favelas como problema urbano ocorreu sob o signo do higienismo: um conjunto de conhecimentos sanitários e eugenistas que inspiraram engenheiros, médicos e reformistas a proporem intervenções nas cidades com propósito de “civilizar”, higienizar, embranquecer e controlar a pobreza, a “desordem” e a estética dos espaços urbanos brasileiros.

A imagem do cortiço como representação da pobreza urbana destacou-se no Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX. Com a progressiva extinção do cativo, experimentava-se o avanço e a generalização das relações de trabalho assalariadas no espaço urbano. O problema do custo da habitação para os trabalhadores tornava-se uma constante: o cortiço, os cômodos de aluguel, as estalagens, as vilas operárias, as “avenidas”, a ocupação dos morros e dos mangues foram soluções de moradia encontradas por escravizados, libertos e livres, e essas formas de moradia variavam com a renda e o local onde se era empregado. E, como

¹² ABREU, Maurício de Almeida. *Op. Cit.*; FESSLER VAZ, Lílian. **Modernidade e moradia: Habitação Coletiva no Rio de Janeiro nos séculos XIX e XX.** Rio de Janeiro: 7 Letras: Faperj, 2002.

¹³ BARRETO, Abílio. *Op. Cit.*; GUIMARÃES, Berenice Martins. *Op. Cit.*

¹⁴ VALLADARES, Lícia. *Op. Cit.*, p. 26.

para muitos o trabalho tinha que ser buscado diariamente na região central, onde se concentrava o comércio e a indústria, a habitação próxima ao trabalho foi uma estratégia para sobreviver no meio urbano e evitar os gastos com transporte.¹⁵

Na formação da classe trabalhadora carioca, o discurso sobre o cortiço era elástico, incorporando diferentes formas de habitar. Ele servia para culpabilizar os trabalhadores pobres pelas condições de habitação reproduzidas no tecido urbano carioca, desconsiderando o contexto de forte *déficit* habitacional. A partir de 1870, houve uma intensificação dos processos de migração e imigração para a cidade. Entre 1870 e 1890, a população cresceu em 120,2% e o número de habitações em 74,3%; entre 1890 e 1906, a população aumentou 54% e a quantidade de moradias em 16,5%. Nos períodos posteriores à Reforma Passos até a década de 1920, a população continuou a crescer, mas o aumento do número de moradias não foi suficiente para suprir o *déficit* habitacional.¹⁶ Os dados sobre a população carioca (ver tabela I) são muito significativos, pois, até meados da década de 1950, o Rio de Janeiro era a maior aglomeração urbana do Brasil.¹⁷

O problema da habitação popular ganhou publicidade nas campanhas para demolição dos cortiços da região central. A superlotação, a insalubridade, os problemas relacionados às epidemias que atingiam a cidade, a baixa produtividade do trabalhador livre ou escravizado, o medo em relação às revoltas populares, o preconceito direcionado ao negro, tudo isso compôs a pauta dos debates sobre o destino dos cortiços. As iniciativas para eliminar as habitações anti-higiênicas foram várias. Em 1855, um projeto de reforma na postura municipal propunha normalizar a construção dos cortiços. Definiam-se os princípios higiênicos que deveriam ser seguidos pelos exploradores do negócio imobiliário; estabeleciam-se regras para construção e licenciamento dos cortiços. Em 1873, mais do que estabelecer normas para construção, uma nova postura interditou a construção das estalagens na região central da cidade. Após a Proclamação da República, em 1893,

¹⁵ ABREU, Maurício de Almeida. Da habitação ao habitat: a questão da habitação popular no Rio de Janeiro e sua evolução. **Revista Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, n. 10, p. 47-58, 2003. p. 203.

¹⁶ RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. **Dos cortiços aos condomínios fechados**: As formas de produção da moradia na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997. p. 181.

¹⁷ Na década de 1950, o Rio de Janeiro perde essa posição para a cidade de São Paulo que crescia de forma acelerada em função da industrialização.

o primeiro prefeito do Distrito Federal, Barata Ribeiro, ordenou a demolição do cortiço “Cabeça de Porco”. A ação foi notabilizada como uma operação de guerra e uma ação do poder público em benefício de uma reformulação do espaço urbano. O intento de erradicar o cortiço foi seguido em 1900, quando se publicou um decreto-lei¹⁸ que proibia reformas, ampliações, reparos e pinturas nesses estabelecimentos.¹⁹

A remodelação urbana ocorrida na administração de Pereira Passos (1902-1906) foi decisiva para o destino da questão habitação popular. De um lado, a reformulação do porto, a abertura da Avenida Central, da Avenida Beira-Mar e de outras vias dinamizaram as atividades comerciais e industriais do Rio de Janeiro. Por outro lado, a Reforma Passos destruiu várias habitações coletivas. Os cortiços, que já vinham sendo proibidos na região central, foram o principal alvo do “bota-abaixo” na reforma urbana. Eles eram vistos como anti-estéticos e anti-higiênicos, sendo um empecilho à realização do plano urbanístico do prefeito. A reforma que combateu os cortiços do centro da cidade acentuou o problema da habitação e reforçou soluções de moradia populares nos subúrbios, em loteamentos próximos à linha férrea, e nos morros próximos a área central.

O prefeito Pereira Passos impôs restrições quanto à construção de moradias populares nas áreas que receberiam investimentos do poder público, mas não limitou a ocupação dos morros. No decreto nº 391 publicado em 1903, regulamentando “construções, reconstruções, acréscimo e concertos de prédios”, restringia-se a construções de chalés, estalagens, casas de madeira e avenidas (vilas) na região central e na região ao sul do centro – na orla dos bairros Glória, Flamengo e Botafogo. Quando construídas nessas regiões, as habitações populares não deveriam serem avistadas da rua, por descaracterizarem a estética que se impunha às construções no perímetro central e na Zona Sul. Esse regulamento, que continuou valendo e sendo reformulado até a década de 1930, permitia a ocupação dos morros através da construção de “casas de madeira” (Capítulo VII do decreto nº 391). Quando licenciados, os “casebres” deveriam ter uma distância de 5 metros

¹⁸ BRASIL. Decreto-lei 762, de 1 de junho de 1900.

¹⁹ Sobre as transformações da imaginação social do cortiço no final do século XIX Cf. CHALHOUB, Sidney. *Op. Cit.*, p. 29-36; ABREU, Maurício. *Op. Cit.*, p. 217-220; GONÇALVES, Rafael Soares. **Favelas do Rio de Janeiro: História e Direito**. Rio de Janeiro: Puc-Rio: Pallas, 2013. p. 27-33.

uns dos outros e possuir fundações (“baldrames de alvenaria”). Mas o licenciamento não era um problema: o regulamento liberava as construções provisórias de madeira em “morros que ainda não tivessem habitação”.²⁰

O decreto nº 391 foi o fundamento jurídico que legitimou a expansão da autoconstrução em morros pelos trabalhadores e trabalhadoras pobres, bem como a exploração de aluguel nesses espaços. Como notaram Fessler Vaz²¹ e Silva,²² a ocupação desses espaços esteve articulada à expansão do mercado de aluguel para as classes populares.

Tabela I - Comparativo da População do Rio de Janeiro com Belo Horizonte na primeira metade do século XX²³

Belo Horizonte		Rio de Janeiro	
Ano	Nº de habitantes	Ano	Nº de habitantes
1872	-	1872	274.972
1890	-	1890	522.651
1900	13.472	1906	811.443
1920	55.563	1920	1.157.873
1940	214.307	1940	1.764.141
1950	360.313	1950	2.377.451
1960	683.908	1960	3.281.908

Em meio à reforma urbanística de Pereira Passos e à destruição dos cortiços, colocava-se em evidência a expansão urbana nos morros no centro da cidade. Em 1905, em vista do agravamento do problema da habitação popular e da campanha que transcorria na imprensa para problematizar a intervenção do poder público, foi formada uma comissão para estudo do problema da habitação popular

²⁰ BRASIL. Decreto nº 391, de 10 de fevereiro de 1903. Regula a construção, reconstrução, acréscimo e concertos de prédios.

²¹ FESSLER VAZ, Lílian. *Op. Cit.*

²² SILVA, Maria Lais Pereira da. **Favelas Cariocas (1930-1964)**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

²³ Os dados estatísticos são baseados nos censos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cf. IBGE. **População nos censos demográficos, segundo os municípios das capitais – 1872/2010**. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=6>. Acesso em 12/07/2020.

no Ministério da Justiça e Negócios Interiores.²⁴ No relatório final da comissão, reconhecia-se a necessidade de intervenção na questão habitacional, mas não eram vistas com bons olhos as iniciativas das associações mutualistas dos operários. A comissão privilegiava a ação dos empresários e industriais no investimento de construção de casas populares e propunha a intervenção do poder público para o arrasamento dos morros centrais, como medida para concretizar a obra de higienista da reforma do “Dr. Pereira Passos”. Segundo o presidente da comissão,

É mesmo admirável que tenhamos encontrado, em vários casos, quem não reconhecesse a urgência do caso. Não são, entretanto, necessárias cogitações muito profundas para calcular que, tendo sido demolidas algumas centenas de casas é forçoso que os respectivos habitantes tenham ido procurar residência em outros pontos. Eles não desapareceram com os prédios em que moravam. Convém mesmo fazer notar que as demolições a que em geral se atende são as ruas alargadas. Há outras. Há centenas de outras casas que, ou não tinham condições higiênicas, ou ameaçavam a ruína. (...)

Quando porém, as imaginações preguiçosas não seja possível evocar, em uma imagem bem nítida, a soma de toda essas demolições parciais, espalhadas pela vastidão da cidade, basta que qualquer pessoa lance os olhos para o morro do Castelo. Há nele um formigueiro humano. São milhares de casas e casinhas, em que se empilham homens, mulheres e crianças.

Ora, esse morro vai ser arrasado, arrasado em um período que não se excederá de três anos. Para onde irão esses moradores? É forçoso pensar nisso. Não se pode esconder urgência da questão.

É forçoso pensar pelo ponto de vista da higiene, porque são exatamente esses acúmulos insalubres de moradores pobres que tornam impossível a sanificação completa da cidade. Eles já são atualmente focos epidêmicos. Até hoje, porém, estavam concentrados em um ponto. Agora vão irradiar.²⁵

A ocupação dos morros já vinha ocorrendo no século XIX, mas não era vista como um problema sanitário e habitacional – como está caracterizado no trecho acima. Em 1853, havia construções no Morro do Santo Antônio que eram consideradas “pouco sólidas”, mas elas não eram tidas como parte do problema

²⁴ A comissão era formada por Ataulpho Napoles Paiva (presidente), Medeiros de Albuquerque (relator), Everardo Backheuser (secretário), Milcíades Sá Freire, A. Índio Brasil, Dr. J.J. Azevedo Lima e Dr. Felipe Frederico Meyer. Cf. **Diário Oficial da União**. Rio de Janeiro. 17/05/1906, p. 3. (Suplemento ao nº112)

²⁵ Habitações Populares – Relatório apresentado ao Exm. Sr. Dr. J.J. Seabra, Ministro da Justiça e Negócios Interiores. **Diário Oficial da União**. Rio de Janeiro. 17/05/1906, p. 2. (Suplemento ao nº112).

habitacional.²⁶ Na década de 1880, as autoridades médicas recomendavam a ocupação dos morros para evitar a proliferação dos cortiços.²⁷ Dentro dessa visão, a ocupação avançou: em 1881, registra-se a ocupação do morro da *Mangueira*, *Serra Morena* e *Quinta do Caju* por imigrantes europeus; em 1893, na destruição do cortiço Cabeça de Porco, o prefeito Barata Ribeiro permitiu a utilização dos restos da demolição para se construir no morro atrás do cortiço; em 1894, após a Revolta da Armada, o *Morro do Santo Antônio* foi ocupado por soldados; em 1897, os soldados que voltavam de Canudos conseguiram a concessão do Exército para construir moradias provisórias no *Morro da Providência*, que ficou conhecido como “Morro da Favela”; em 1898, outros soldados de Canudos conseguiram a mesma concessão para ocupar o Morro de Santo Antônio. O poder público estimulava a ocupação dos morros, não os encarando como parte do problema sanitário, mas como solução de moradia para as classes populares.²⁸

A reforma urbana de Pereira Passos ao remodelar o centro da capital da República alterou a percepção sobre a ocupação dos morros centrais. Conforme fica claro no relatório conduzido no Ministério da Justiça e Negócios Interiores, seria impossível terminar a obra de “sanificação” da cidade-capital da República sem o “arrasamento” das “casinhas” dos morros que eram tidas como insalubres e contrárias ao ideal civilizatório que se desejava construir com a reforma urbana. Para compreender a oposição à imagem de civilização, é interessante observar uma das primeiras imagens sobre os habitantes dos morros centrais do Rio de Janeiro (ver Imagem I). A fotografia servia como elemento retórico para contrapor os habitantes do morro ao modo de vida apregoado nas formas de habitação e uso do espaço da região central remodelada. O texto que precedia as fotografias já indicava essa leitura contrastante: “quem olha a Favela de longe tem, com certeza, uma impressão lisonjeira”, “mas quem sobe, desde logo, depara com essas

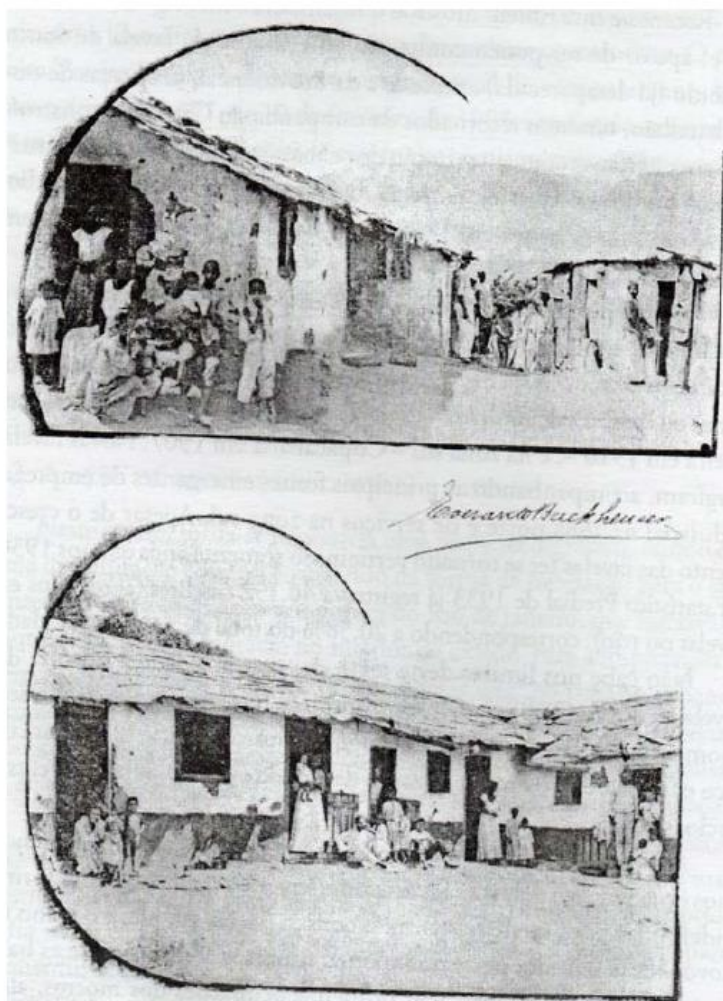
²⁶ Já existiam projetos de demolição dos morros de Santo Antônio e do Castelo tendo em vista a justificativa de ampliação do espaço de circulação no centro da cidade. Esses projetos não estavam relacionados com o problema da habitação anti-higiênica, ou da “favela”.

²⁷ GONÇALVES, Rafael Soares. *Op. Cit.*, p. 46.

²⁸ A análise dessa regulamentação e sua relação com a ocupação dos morros é uma constante na literatura sobre o tema Cf. SEGALA, Lygia. **O Riscado do Balão Japonês: Trabalho comunitário da Rocinha (1977-1982)**. 1991. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1991; ABREU, Maurício. *Op. Cit.*; FESLLER VAZ, Lilian. *Op. Cit.*; Valladares, Lícia, *Op. Cit.*; GONÇALVES, Rafael Soares. *Op. Cit.*

horrendas choças figuradas nas gravuras ns. 5 e 6".²⁹

Imagem 1 - Fotografias do Morro da Favela³⁰



A imagem foi produzida por Everardo Backhauser, engenheiro e secretário da comissão de habitação popular do Ministério da Justiça e Negócios Interiores. O

²⁹ BACKHAUSER, Everaldo. Habitações Populares. *In*: Habitações Populares – Relatório apresentado ao Exm. Sr. Dr. J.J. Seabra, Ministro da Justiça e Negócios Interiores. **Diário Oficial da União**. Rio de Janeiro. 17/05/1906, p. 107. (Suplemento ao nº112).

³⁰ BACKHAUSER, Everaldo. "Onde moram os pobres?". **Renascença**. Rio de Janeiro, 13/03/1905. p. 90- 91.

engenheiro foi um dos intelectuais mais ativos na campanha feita em 1905 para a construção de vilas operárias dando concessões aos empresários do setor imobiliário. Backhauser optou em dar destaque ao Morro da Favela, enfocando as famílias nas casas que destoavam do projeto construído para a região central remodelada. A fotografia servia como elemento retórico de prova de seu discurso técnico e científico sobre a promiscuidade e as más condições de higiene das habitações populares. Além disso, o enfoque na população negra era uma tentativa mostrar o Morro da Favela como contrário ao ideal de civilização:

a família negra era vista na grande imprensa como um palco propício para assassinatos e cenas de violência em geral, sendo a mãe negra portadora de baixa conduta moral. A África seria o reino do barbarismo e símbolo de inferioridade ao passo que a cor branca, por si só, era um critério de civilização.³¹

Diante da imagem do atraso que representava o Morro da Favela, o autor das fotografias elogiava a destruição dos cortiços da área central, mas via essa obra como incompleta. “O ilustre Dr. Passos, ativo e inteligente prefeito da cidade, já tem as suas vistas de arguto administrador voltadas para a Favela e em breve providências serão dadas, de acordo com as leis municipais para acabar com esses casebres”. Ainda segundo Backhauser,

é interessante fazer notar a formação dessa pujante aldeia de casebres e choças no coração mesmo da capital da República, eloquentemente dizendo, pelo seu mudo contraste a dois passos da Grande Avenida, o que é esse resto de Brasil pelos seus milhões de quilômetros quadrados.³²

Além da referência à campanha para eliminação dos cortiços, o livro de Euclides da Cunha, *Os Sertões*³³ (publicado em 1902), constituiu uma das matrizes da construção simbólica da representação da favela. Em 1897, o Morro da Providência foi renomeado pelos soldados de Canudos como “Favela” - espécime de

³¹ SCHWARCZ, Lilian Moritz *apud* MATTOS, Romulo. *Op. Cit.*, p. 51.

³² BACKHAUSER, Everaldo. *Op. Cit.*

³³ CUNHA, Euclides da. **Os Sertões**. 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.

árvore que se encontra na região nordeste e sudeste brasileira e que dava nome a um dos morros que foi sítio da batalha contra Canudos. Entretanto, essa mudança de nome só veio ter destaque no imaginário urbano após a publicação da obra de Euclides. Após a publicação do livro, a imagem do sertão urbano tornou-se emblemática e metafórica na representação do Morro da Favela. Em 1905, no texto clássico de Everardo Backhauser “Onde moram os pobres?”, publicado na revista *Renascença* e reproduzido no relatório sobre habitação popular do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, contava-se que o Morro da Favela “nada mais é que o antigo morro da Providencia”, e “assim chamado depois da luta de Canudos, pelos soldados que lá voltaram e que, por certo, acharam o seu que de semelhança entre o reduto de fanáticos e reduto da miséria no Rio de Janeiro”.³⁴

Os critérios geomórficos, médicos e jurídicos que definiram o sertão na obra de Euclides da Cunha serviram como alegorias para interpretação do Morro da Favela. Reproduzindo trechos de *Os Sertões*, Valladares observou que todos os critérios definidores do sertão e de Canudos incorporaram-se na descrição dos observadores/jornalistas para falar dos morros. Assim, a favela teria origem em um “crescimento urbano rápido, desordenado e precário”; teria uma “topografia” que fazia dali um verdadeiro “bastião, de acesso muito difícil”; haveria “ausência de propriedade privada”, bem como “ausência de Estado e instituições públicas”; seria “dominada por um líder carismático”; constituiria um “perigo a ordem social” republicana, mas também o lugar de uma “liberdade” que expressaria na inventividade de um povo. A vida nos morros passou então a ser representada como “um outro mundo, muito mais próximo da roça, do sertão, ‘longe da cidade’, onde só se poderia chegar através da ‘ponte’ construída pelo repórter ou cronista, levando o leitor até o alto do morro que ele, membro da classe média ou da elite, não ousava subir”.³⁵

O morro ganhava evidência como representação do “sertão urbano”, sendo espaço de construção da diferença entre o povo e as elites políticas. Segundo Lima (1998), no início da Primeira República (1889-1930), os significados da palavra sertão foram ampliados, tornando-se uma metáfora para a idealização da distância

³⁴ BACKHAUSER, Everardo. *Op. Cit.*

³⁵ VALLADARES, Lícia. *Op. Cit.*, p. 36.

entre as elites e o “povo real”. Os intelectuais reformadores viam-se como “messias salvadores de um povo doente, analfabeto, incapaz de ação própria, bestializados, senão definitivamente incapacitado para o progresso”.³⁶ Assim, é importante notar que a referência ao “Arraial de Canudos” servia também para designar não só o Morro da Favela, mas as áreas pobres na Rua General Severiano. Em 1902, os “barracões” ali construídos “estavam sendo chamados ‘na gíria pitoresca’ de povo de ‘Arraial de Canudos’”.³⁷

Isso nos leva à seguinte pergunta: por que o Morro da Favela se tornou um ícone para representar a pobreza no início do século XX? Um elemento fundamental para o destaque do Morro da Favela foi sua localização. Nas proximidades da região portuária, no espaço de habitação e lazer formado em relação ao mercado de trabalho dos trapiches e da estiva dominado por negros, os moradores do morro estiveram diretamente envolvidos com a Revolta da Vacina (1904). Após a revolta contra a vacinação obrigatória exigida por Osvaldo Cruz, a crônica policial passou a associar o Morro da Favela aos vários casos de assassinatos, roubos e outros crimes ocorridos na região portuária. Mesmo quando não havia uma ligação explícita com tal localidade, fazia-se referência ao lugar. Formava-se um protocolo de leitura, ligando o “Morro da Favela” ao crime e às classes perigosas. Isso ficou gravado no título de reportagens, como na intitulada “Uma megera – Criança Espancada – na Favela”, publicada no *Correio da Manhã* em 1905.³⁸ A expectativa de violência e de contravenção a uma regra vincularam-se a uma localidade, à “Favela”.

Os jornais podiam assumir posições ideológicas distintas em relação ao regime republicano e à Revolta da Vacina, mas partilhavam da estigmatização do Morro da Favela. Fosse o *Correio da Manhã*, jornal oposicionista que foi porta-voz da desilusão com a república e do intento de transformar a Revolta da Vacina num movimento político-militar contra o presidente Rodrigues Alves (1902-1906), fosse o jornal governista, como a *Gazeta de Notícias* que defendeu a punição daqueles que realizaram a “violência” contra as ações civilizatórias do prefeito

³⁶ LIMA, Nísia Trindade. **Um sertão chamado Brasil**: Intelectuais e representação geográfica da identidade nacional. Rio de Janeiro: Revan/IUPERJ-UCAM, 1999. p. 89.

³⁷ Arraial de Canudos, *Correio da Manhã*, 10/10/1902, *apud* MATTOS, Romulo. *Op. Cit.*, p. 49.

³⁸ MATTOS, Romulo. *Ibidem*. p. 106-107.

Pereira Passos e de Osvaldo Cruz, ambos participavam do processo de estigmatização do Morro da Favela. Segundo Mattos, os jornalistas partilhavam de um *habitus* cultural em que a noção de classes perigosas ligava-se aos espaços da pobreza na cidade; assim, eles projetaram sobre o Morro da Favela imagens que o associavam ao oposto dos valores cultivados na sociedade burguesa.³⁹

O Morro da Favela tornava-se proeminente na associação aos cortiços, ao sertão ou às “classes perigosas”, destacando-se como um ícone para a compreensão das áreas de pobreza do Rio de Janeiro. De 1910 a 1920, a imprensa continuou usando o termo “Favela” com “F” maiúsculo, especificando o Morro da Providência. Contudo, teve início um processo de comparação da ocupação de outros morros com a “Favela”. Assim, noticiava-se que o bairro do Andaraí, “em outros tempos tranquilo, se transformava pouco a pouco no Morro da Favela”; do mesmo modo, em 1914, dizia-se que o Morro da Mangueira “sem dúvida alguma que já é uma Favela”.⁴⁰ Essas comparações foram ampliadas com o avanço das ocupações de outros morros no Rio de Janeiro no período de 1900 a 1930.⁴¹ Na década de 1920, há a passagem do ícone, “Morro da Favela”, ao símbolo, “favela”. Consultando os jornais, Abreu⁴² encontrou o termo “favela” com “f” minúsculo, indicando um substantivo comum aplicado à construção e à aglomeração de habitações populares em morros, bem como em outros espaços do subúrbio. Fala-se também de um “meio favelano” e do “faveleiro” para aduzir o comportamento do morador pobre.

A cidade do Rio de Janeiro foi central na transformação do topônimo em um ícone, e depois em um símbolo da pobreza urbana e das classes populares na República. Esse foi um processo em que a questão da habitação popular, antes discutidas através da categoria cortiço, vai ser deslocada para a questão da “favela”. Por sintetizar a habitação anti-higiênica e o risco de degradação moral das classes populares, a representação tornou-se central nas campanhas jornalísticas e

³⁹ *Ibidem.* p. 103.

⁴⁰ ABREU, Maurício de. *Op. Cit.*, p. 59.

⁴¹ Entre 1890 e 1900, morro da Providência e Santo Antônio; entre 1901 e 1910, Mangueira, Babilônia e Salgueiro; entre 1910 e 1920, Leme Pasmado, São Carlos e Andaraí; entre 1921 e 1930, Cabritos, Praia do Pinto e Rocinha Cf. ABREU, Maurício. *Op. Cit.*, p. 54-56; SILVA, Maria Lais Pereira da. *Op. Cit.*, p. 181.

⁴² ABREU, Maurício. *Op. Cit.*

políticas para construção de vilas e casas operárias entre 1905 e 1920. No esteio dessas campanhas, legitimaram-se leis e projetos focados na habitação popular.⁴³

Do “Alto da Favela” à vila-favela: imagens da pobreza urbana em Belo Horizonte

A partir desse processo de substantivação da palavra “favela” no imaginário urbano carioca, devemos suspender um julgamento precipitado sobre a ocorrência do topônimo “Favela” em Belo Horizonte na forma como ele aparece na década de 1890. Na imprensa e nos relatórios de prefeitos, cortiço e “cafua” foram as categorias usadas para compreender a pobreza urbana.

A primeira ocorrência do termo favela provém da fotografia “Antiga 'Favella' de 1897” (ver Imagem 2). Ao contrário da generalização de um substantivo comum para nomear as regiões pobres da cidade, vemos aqui “Favella” como o nome próprio de um lugar – a ocupação do Alto da Estação. Essa referência singulariza a história urbana da cidade e as interpretações dela: diferentemente de outros lugares que incorporaram a forma substantivada “favela” no seu léxico urbano, na capital mineira também encontramos referências a um topônimo na década de 1890. Entretanto, devemos compreender essa imagem dentro de seu contexto social e político da fundação da nova capital do estado de Minas Gerais.

Imagem 2 – Antiga Favella de 1897⁴⁴

⁴³ BRASIL. Dec. nº 1402, de 18 de julho de 1905. Autoriza o Prefeito a aproveitar parte das sobras de terrenos dos prédios adquiridos, com a abertura da av. Salvador de Sá, para a construção de casas de operários; BRASIL. Dec. 2407, de 18 de janeiro de 1911. Concede diversos favores às associações que se propuserem a construir casas para habitações de proletários e dá outras providências; BRASIL. Dec.4209, de 11 de dezembro de 1920. Autoriza o Poder Executivo a construir casas para operários e proletários e dá outras providências. Cf. FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS – GRUPO DE ARQUITETURA E PLANEJAMENTO. *Habitação popular*: inventário da ação governamental. Rio de Janeiro: FINEP-GAP, 1983; MATTOS, Romulo. *Op. Cit.*

⁴⁴ MELLO, Thiz G. Antiga “Favella” de 1897, [1896-1897], Fotografia em Gelatina, 16,6 x 23 cm. Museu Histórico Abílio Barreto. Fundo Comissão Construtora da Nova Capital. CCFot1896010.



A fotografia “Antiga Favella de 1897” monumentaliza o projeto idealizado e executado pela Comissão Construtora da Nova Capital (CCNC) – comissão nomeada pelo governo de Minas Gerais que transformaria o arraial de Curral Del’Rey (distrito da cidade de Sabará que foi emancipado em 1894) na nova capital do estado, Belo Horizonte substituindo Ouro Preto. A imagem compõe o acervo do Gabinete Fotográfico da CCNC, sob guarda do *Museu Histórico Abílio Barreto*, e dialoga com uma série de outras iconografias do momento de fundação da cidade. As imagens produzidas pelo Gabinete Fotográfico da CCNC tinham como característica a oposição entre o “antigo” e o “novo”, num apagamento dos sinais ligados ao passado imperial e ao atraso da sociedade arcaica identificada com o “arraial”.

De acordo com Arruda, “como cidade planejada e construída a partir do apagamento da continuidade espaço-temporal do arraial de Belo Horizonte, antigo Curral del Rei, tudo deveria ser criado a partir do zero, inclusive sua cultura visual”.⁴⁵ Registrar e propagandear essas transformações físicas e sociais do espaço

⁴⁵ ARRUDA, Rogério Pereira de. **Cidades-capitais imaginadas pela fotografia:** La Plata (Argentina) e Belo Horizonte (Brasil), 1880-1897. 2011. 274f. Tese (Doutorado em História) –

da futura capital de Minas Gerais foi uma das funções atribuídas ao Gabinete Fotográfico da CCNC – instituição que funcionou entre 1894 e 1898, demarcando um primeiro momento da prática da fotografia em Belo Horizonte. Era atribuída à imagem fotográfica a função de “civilizar”, oferecendo uma educação do olhar capaz de desvelar a urbanização do arraial Curral Del’Rey. O arraial era vinculado à vila de Sabará, centro de poder, agricultura e mineração ocupada entre os séculos XVIII e XIX. E, como salienta Pereira, a fundação de Belo Horizonte constituiu o intento de apagar os traços da “antiga” Sabará e da escravidão associada ao “atraso” colonial e imperial, e a busca pela vinculação de sua imagem à ordem do higienismo, da república e da imigração europeia – símbolos de modernidade e do projeto de embranquecimento na comunidade nacional.⁴⁶

Juntamente com as plantas da cidade e os projetos arquitetônicos urbanísticos, as fotografias compunham uma representação do panorama de modificações que estavam sendo introduzidas com a edificação da nova capital. Segundo um relatório da burocracia estadual, o

Gabinete Photographico executou variados serviços de sua especialidade, fornecendo grande número de provas positivas, já de diversas vistas do arraial e das suas principais habitações atuais, que servirão de recordação deste arraial, quando transformado em cidade moderna”.⁴⁷

A fotografia “Antiga Favella de 1897” dialogava com este paradigma da imaginação social, em que a palavra “antiga” denotava a contraposição entre aquilo deveria ceder espaço e ser destruído na construção da “nova capital”.⁴⁸

É interessante notar que a fotografia era uma “prova positiva” do presente,

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011. p. 50.

⁴⁶ PEREIRA, Josemeire Alves. *Op. Cit.*

⁴⁷ Relatório do Gabinete Fotográfico e Observatório Meteorológico sobre trabalhos realizados, 1895. **Museu Histórico Abílio Barreto**. Fundo Comissão Construtora da Nova Capital. CC Dt 11/004.

⁴⁸ Arruda, Rogério Pereira de. *Op. Cit.*; CAMPOS, Luana. **“Instantes como este seus para sempre”**: práticas e representações fotográficas em Belo Horizonte (1894-1939). 2008. 222f Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

mas também inseria o espaço num devir, anunciando transformações futuras. Realizada entre 1896 e 1897, a imagem em foco está estruturada em dois planos divididos por um acidente físico: no primeiro plano, situam-se as duas linhas férreas, a estação e dois trabalhadores; no segundo plano, um conjunto de habitações ligadas à parte baixa por uma escada. A fotografia enquadrava um lugar que foi central para a cidade edificada pela CCNC: as linhas férreas que ligavam a futura capital de Minas Gerais à Central do Brasil e que foram o espaço prioritário onde transcorria o trabalho de construção da capital e a circulação de mercadorias, materiais e pessoas. Se consultarmos a planta do arraial elaborada em 1894, veremos que as principais vias de acesso do arraial de Belo Horizonte eram as estradas de Contagem e Sabará. A circulação, a concentração de residência e as edificações religiosas ocorriam em torno do Largo da Matriz e do Largo do Rozário, que margeavam as ditas estradas. Não havia referência às linhas férreas como centralidade para o arraial de Belo Horizonte. Essa nova referência espacial decorria do processo de edificação e reforma urbana iniciada pela CCNC.

As moradias representadas na fotografia surgiram nos primeiros anos da construção de Belo Horizonte. A chegada de trabalhadores, engenheiros, empresários da construção e comerciantes levou a uma profunda alteração da dinâmica econômica e social que existia no distrito da cidade de Sabará. A falta de gêneros era algo tematizado no cotidiano, bem como as poucas habitações e condições de “conforto” para abrigar as pessoas. Ainda que a população de Belo Horizonte fosse bastante reduzida (ver Tabela I), o cenário urbano alterou-se profundamente com a chegada dos técnicos e operários para edificar a nova capital de Minas Gerais. Para suprir a carência de moradias, entre 1894 e 1897, a CCNC autorizou a construção de moradias provisórias, resultando na expansão urbana de duas regiões, o “Leitão” e o “Alto da Estação” (também identificados como “Alto da Favella” e “Favella”), e o adensamento da ocupação nos lotes já existentes. Entretanto, esses espaços construídos pelos trabalhadores foram desde cedo identificados como um lugar de “desordem”, desconectados do planejamento da nova capital de Minas Gerais.

Não há nenhum documento que explique de maneira clara o significado do topônimo “Favella” em Belo Horizonte. A fotografia nos fornece outro indício para

refletir sobre esse topônimo: o ano atribuído de “1897”. Belo Horizonte foi fundada em dezembro de 1897, dois meses após a conquista de Canudos. O topônimo “Favella” surgia no processo de comemoração da vitória republicana sobre Canudos e foi rememorada na fundação da capital de Minas. Segundo Antônio de Paula,

a condenação de Canudos como fruto do atavismo bárbaro, do apego ao arcaico que a República queria extirpar tem como contrapartida a exaltação de Belo Horizonte. A cidade planejada, higienizada, livre de toda a mácula do passado colonial, dos vícios da monarquia, uma página em branco em que seria escrita a nova história do Brasil, história do progresso, da modernização. Simétricas, têm trajetórias inversas: uma morre, outubro de 1897, ao mesmo tempo que a outra nasce, dezembro de 1897.⁴⁹

Na memória da fundação da cidade, a capital do estado foi apresentada como uma vitória do regime republicano, onde se relembra o arraial de Antônio Conselheiro numa oposição à recém-fundada “Cidade de Minas”. Dessa maneira, a “Favela de Canudos e a Favela de Belo Horizonte estabelecem então a verdadeira trama, as ligações ocultas para além da estratégia da ordem”.⁵⁰

A referência a Canudos, aqui, não aparece como um elemento que signifique positivamente o espaço urbano, mas reforça a dinâmica da classificação do incivilizado, daquilo que é tratado como algo ultrapassado no projeto racista e elitista de cidadania republicana. Assim, é importante observar que, após a fundação da cidade, as casas dos operários autorizadas pela Comissão Construtora da Nova Capital passaram a ser combatidas pela municipalidade, sendo vistas como um problema sanitário. Os relatórios de prefeitos nos primeiros anos são enfáticos nesse ponto. Segundo o prefeito Bernardo Monteiro, o poder público não permitirá que casa alguma situada na zona urbana fosse “habitada sem que tenha instalação sanitária e sem que seja previamente examinada pelo médico”; da mesma forma, o prefeito tinha “mandado demolir os barracões provisoriamente permitidos e que foram construídos nos pátios de diversos prédios por terem os

⁴⁹ PAULA, João Antônio de. Memória e Esquecimento, Belo Horizonte e Canudos: encontros e estranhamentos. *Varia História*, Belo Horizonte, n. 18, p. 43-61, 1994. p. 56.

⁵⁰ *Ibidem*. p. 57.

mesmos se convertido em verdadeiros cortiços”.⁵¹ Em 1902, Bernardo Monteiro apresentou o intento de expulsar os operários da região central da cidade. Segundo o relato do prefeito,

A transferência da população operária do centro para o bairro onde acha atualmente localizada foi tarefa difícil, que entretanto conseguiu sem reclamações nem violência. (...) Cerca de 600 cafuas no Leitão e 300 no lugar denominado Favella e em outros pontos foram removidos com uma população de cerca de 2000 pessoas para a 8ª Seção suburbana, onde fiz concessões a título provisório, para o estabelecimento destes operários, que constituem elemento indispensável ao progresso da Capital. (...) Todos estes operários estão matriculados e não podem transferir suas casas sem prévia audiência da Prefeitura. Com esta medida sua permanência se tornou segura.⁵²

As “cafuas” e “barracos” eram vistos como elementos que não caberiam na zona central do projeto de capital de estado. Por isso, em 1902, os moradores do Leitão e da Favela foram deslocados para VIII Seção suburbana, onde os operários teriam o “título provisório” do lote e construíram a “barroca”, nome depreciativo atribuído à localidade.⁵³ Esse processo permite vislumbrar o segundo motivo da qualificação de “antigo” na fotografia: as habitações construídas pelos operários na construção de Belo Horizonte eram tidas como anti-higiênicas e anti-estéticas, contrárias ao projeto da capital do estado. O espaço que surgiu da ação dos operários que trabalhavam na construção da capital do estado era visto como algo que não participava do higienismo que se desejava imprimir no território urbano.

Após a destruição do “Alto da Favela” em 1902, não há indícios que indiquem a continuidade do topônimo em Belo Horizonte. Todavia, através da analogia com o espaço carioca, fazia-se uma aproximação, agora, entre a “área operária” para qual foram transferidos os operários da CCNC (a Seção VIII) e o “Morro da Favela” que ganhava fama no Rio de Janeiro. Em 1908, no jornal *A Rua*,

⁵¹ MONTEIRO, Bernardo. **Mensagem ao Conselho Deliberativo da Cidade de Minas – apresentado em 19 de setembro de 1900**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1900. p. 40.

⁵² MONTEIRO, Bernardo Pinto. *Op. Cit.*, p. 43.

⁵³ Até a década de 1940, estes operários permaneceram e expandiram o espaço que era identificado como “VIII Seção”, construindo os lugares de residência identificados como “Barroca” e “Barro Preto”. Os nomes remetiam a uma região estigmatizada como lugar da pobreza e do atraso, uma cidade que era feita de barro.

numa matéria intitulada “Os cortiços crescem”, criticava-se a pobreza das cafuas construídas das áreas operárias de Belo Horizonte. Estas seriam consideradas cortiços, enfatizando o risco de insalubridade para a população dos centros urbanos. Comparavam-nas também ao “Morro da Favela”: nas palavras irônicas do cronista estes territórios seriam “phalanstérios do proletariado, como no Rio, [onde] o é o morro da Favela”.⁵⁴ A ironia consistia na inversão do significado do termo falanstério⁵⁵: ao invés de se representar uma comunidade autônoma para a construção da liberdade dos trabalhadores, servia para indicar uma localidade identificada com a pobreza que constituía uma ameaça à ordem urbana higienista da nova Capital e criava o risco de uma “contaminação” ao modo de vida dos moradores das áreas nobres. É importante que se observe que essa referência não foi dominante na imprensa, que continuou a tratar a seção VIII como área das “cafuas” e do “atraso”.

A categoria favela e a analogia com os espaços de pobreza carioca ganharam terreno no processo de expansão do tecido urbano experimentado por Belo Horizonte. Em 1919, a Prefeitura de Belo Horizonte ampliou a forma de concessão de lotes para trabalhadores. Para além da área operária na “Seção VIII”, o poder público estabeleceu a possibilidade de se delimitar terrenos fora da zona urbana para serem vendidos aos trabalhadores. Estas áreas seriam chamadas de “vilas operárias”. Nelas, permitia-se a construção de “habitações provisórias”, que no prazo de quatro anos seriam consideradas definitivas, desde que fossem obedecidas as normas de construção e fossem aprovadas pela Prefeitura.⁵⁶ No contexto de crescimento das décadas de 1920 e 1930 (ver Tabela I), delimitaram-se novas “vilas” em áreas suburbanas. Esta era a designação tanto para os loteamentos sem infraestrutura feitos no subúrbio e vendidos para os trabalhadores, quanto para as regiões em que o poder público concedia o direito ao operário de construir provisoriamente sua moradia.⁵⁷

A categoria “favela” foi aplicada sobre as vilas que permaneceram numa

⁵⁴ A RUA, 8/01/1908, p. 2 *apud* GUIMARÃES, Berenice Martins. *Op. Cit.*, p. 114.

⁵⁵ O termo “falanstério” refere-se ao projeto de Charles Fourier (1772-1837) que pretendia criar uma comunidade autônoma, fraterna e livre das desigualdades do capitalismo. O termo inspirou a ação de reformistas na luta política e em projetos de transformação da cidade industrial.

⁵⁶ BELO HORIZONTE. Lei nº 178, 6 de outubro de 1919. Autoriza a Prefeitura a criar Vilas Operárias.

⁵⁷ GUIMARÃES, Berenice Martins. *Op. Cit.*, p. 158.

situação semilegal. Nessa conjuntura, vamos encontrar as denúncias nos jornais, narrando que “agora é que principia a ser formar em Belo Horizonte esse ambiente de ‘morro’, isto é, esse agrupamento de casebres em promiscuidade, de barracões e botequins em recantos afastados e onde pululam malandros e as mundanas de baixa extração”.⁵⁸ Observe que o termo “morro” aparece entre aspas, indicando o procedimento analógico com o símbolo de origem carioca. A degradação moral era associada não só aos aspectos do comportamento, mas também à cor da população e seus hábitos culturais tidos como “incivilizados”.

No mesmo período em que algumas reportagens indicam o procedimento analógico, outras vão incorporar o termo de forma direta para falar de algumas vilas:

A Favela de Belo Horizonte

A Vila Santo André não é no Carlos Prates (...) é nos fundos do cemitério do Bomfim, mas é melhor vista do Carlos Prates. Vimo-la de longe. Uma montueira de casa bonitas e de cafuas sordidas. Ruas bem alinhadas. Um campo de futebol (...) A vila Santo André ‘a vila dos “barulhos” do “cangerê”’.⁵⁹

No caso acima, os “barulhos” e o “canjerê” identificavam aos instrumentos rítmicos presente nas festas, nas folias do rosário, na umbanda e no candomblé, associados à religiosidade afro-brasileira.⁶⁰ Classe e raça misturavam-se na construção do estigma da pobreza urbana nas favelas, numa cidade fundada sob signo do higienismo. Assim, as áreas identificadas como vilas passaram a serem vistas como regiões de degradação moral. Essa operação simbólica vai terminar por consolidar o termo “vila” associado ao termo “favela”. Em Belo Horizonte, o nome “vila” aplicava-se às aglomerações de casas nas zonas suburbanas, existindo poucas construções de casas homogêneas em torno de um pátio ou avenida, forma urbana que foi característica no Rio de Janeiro e em São Paulo. Com o passar do

⁵⁸ ESTADO DE MINAS. Belo Horizonte, 9/8/1925. p. 8.

⁵⁹ ESTADO DE MINAS. Belo Horizonte, 29/10/1931, p. 8.

⁶⁰ Para compreender a importância das folias do rosário como espaços de lazer construído nas periferias e favelas de Belo Horizonte, remetendo a construção de um campo negro na cidade Cf. GILBRAN, Elias; MOYSÉS, Julia (org.). **Percursos do sagrado: Irmandades do Rosário de Belo Horizonte e entorno.** Belo Horizonte: Canal C, 2014.

tempo, alguns bairros que nasceram como “vilas” vão apagar essa designação, e outros passaram a estar associados à representação da favela: “decorre daí a diferenciação entre vilas e vilas-favelas, deixando as primeiras de usar, gradativamente, essa denominação”.⁶¹

Em 1951, quando o serviço de Assistência Social da Prefeitura de Belo Horizonte elabora um estudo de “desfavelamento”, ele se refere majoritariamente às vilas; no cadastro de favelas de 1955, o primeiro registro censitário das favelas da cidade, veremos vários locais com designação de “vila”. Da mesma forma, é importante notar que até 1959, a utilização do termo favela para nomear as áreas de pobreza na cidade gerava controvérsia, não havendo consenso quanto à identificação desse tipo de ocupação desde o princípio da formação de Belo Horizonte que se autorepresentava como “cidade planejada”.⁶²

Considerações Finais: o comparativismo da representação da “favela” e “vila-favela”

A imagem da favela para representar a pobreza urbana foi generalizada ao longo do século XX, como uma categoria dos discursos que abordavam a crise habitacional, a desigualdade social, a formação da sociedade urbano-industrial e a cultura popular nas cidades brasileiras. Uma palavra do léxico urbano carioca, no Rio de Janeiro que era Capital Federal da República, foi nacionalizada. Essa categoria singular-plural sugere várias escalas de comparação entre cidades e regiões brasileiras, bem como outros espaços urbanos identificados com as classes populares.

Na história da informalidade urbana no Brasil, um dos problemas analíticos pouco estudados é a maneira como cada localidade e cidade se relaciona com a imaginação social da favela. Em Belo Horizonte, um dos aspectos curiosos é a existência comum do topônimo na década de 1890. O pouco período de existência do Alto da Favela em Belo Horizonte contrasta com a continuidade do Morro da Favela que se tornou um dos ícones para se referir à habitação popular no Rio de Janeiro. Nesse sentido, pode-se distinguir a permanência do nome “Favela” na

⁶¹ GUIMARÃES, Berenice Martins. *Op. Cit.*, p. 196.

⁶² DIÁRIO DA TARDE, Belo Horizonte, 12/11/1959, Caderno 2, p. 1.

cidade carioca e a pouca perenidade deste em Belo Horizonte no início do século XX. Em segundo lugar, devemos observar a centralidade carioca no processo de substantivação de um termo que depois foi replicado para designação das áreas de pobreza na capital mineira.

É importante notar aqui que as categorias “favela” e “morro”, consolidadas na imaginação urbana carioca, ganhavam expressão em Belo Horizonte. Eram incorporadas à imaginação urbana da cidade associadas à expressão “vila”. Dois aspectos devem-se notar na trajetória dessa identificação na imprensa e esfera pública. O primeiro diz respeito à capitalidade do Rio de Janeiro. Como observou Motta, desde 1808, quando se tornou centro de poder da monarquia luso-brasileira, o Rio de Janeiro passou a se autorrepresentar como cidade-capital. Ocupou na comunidade nacional um lugar privilegiado para a imaginação da nação, orientando comportamentos e projetos de modernização.⁶³ Os símbolos de civilidade e barbárie construídos no espaço carioca tiveram repercussão e projetaram-se em outros lugares do território nacional. Este é o caso da representação da favela. Todavia, quando esses símbolos foram incorporados à cotidianos e regimes de urbanidades distintos, eles ganharam outros significados e associações.

Em segundo lugar, a comparação entre as duas cidades acentua os significados agregados ao símbolo “favela”. Antes de nomear uma forma urbana, a representação da pobreza através desse conceito designa um espaço moral no meio urbano. “Dito de outra maneira, na gênese da construção social da favela como representação coletiva parece que o núcleo de seu significado estava na dimensão físico-espacial”, qualificando de forma “patológica os territórios e moradias”, podendo ou não implicar na extensão dessas características aos moradores.⁶⁴ É possível ainda falar do uso rotineiro do vocábulo favela como parte da produção de um estigma nas relações sociais urbanas. Segundo Brum, “a favela, desde sua origem, já possui estigma a ela associados. Mais do que isso, os estigmas são partes essenciais para a construção do conceito de favela, estando a ela

⁶³ MOTTA, Marly. **Rio, cidade-capital**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004. p. 9.

⁶⁴ MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. A continuidade do “Problema da favela”. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi (org.). **Cidade: história e desafios**. Rio de Janeiro: FGV, 2002. p. 227.

associado de forma inexorável”. Dessa forma, “a favela é o estigma, pois aponta uma área urbana onde existem os sinais do que não deveria haver numa cidade que se queria moderna e civilizada”.⁶⁵

A produção dessa categoria moral é dinâmica, devendo, portanto, ser historicizada, e estando invariavelmente ligada às diferenças de poder constituídas entre os grupos sociais numa dada configuração social urbana. Um dos traços marcantes do estigma da favela em seu processo de formação é sua associação à exclusão dos negros no pós-abolição, e sua associação ao “atraso”, à “promiscuidade” e ao esteticamente não desejado na ordem urbana “civilizada” e higienista. A produção do estigma racial foi um dos vetores centrais do discurso do higienismo e da imagem das classes perigosas veiculados na imprensa, na justificativa da repressão às classes populares e nas análises dos intelectuais que pensavam a cidade e as transformações do país. Raça e classe se entrelaçaram na construção de representações, de sociabilidades e de práticas de exclusão na formação da informalidade urbana das favelas no Brasil.⁶⁶

Como categoria moral, a representação da favela oculta as diferentes formas de uso do espaço da cidade e apaga a heterogeneidade de sua composição social e dos vínculos dos indivíduos e dos grupos com as instituições que organizam a vida urbana. Reconhecer a “opacidade” dessa categoria deve nos levar à compreensão de que “as favelas não constituem unidades fixas, e tomá-las como tal significa desconhecer não apenas a sua dinâmica espacial, mas igualmente o fato de que as suas dimensões”, tanto territoriais quanto populacionais e históricas, são marcadas por grande variação.⁶⁷ Nesse sentido, existe um conjunto múltiplo de identidades e pertencimentos constituídos pelos moradores em suas relações de proximidade e

⁶⁵ BRUM, Mário. **Cidade Alta**: História, memória e estigma de favela num conjunto habitacional no Rio de Janeiro. 2011. Tese (Doutorado em História) – Instituto de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011. p. 50.

⁶⁶ Sobre a relação entre classe e raça no espaço urbano Cf. PINTO, Luis Costa. **O negro no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996; CAMPOS, Andreilino. **Do quilombo à favela**: a produção do “espaço criminalizado” no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005; FISCHER, Brodwyn; MATTOS, Hebe; GRINBERG, Keila. Direito, Silêncio e racialização das desigualdades na História Afro-Brasileira. In: ANDREWS, George; LA FUENTES, Alejandro (org.). **Estudos Afro-latino-americanos, uma introdução**. Buenos Aires: CLACSO, 2018. p. 163-215; PEREIRA, Josemeire Alves. *Op. Cit.*

⁶⁷ PANDOLFI, Dulce Chaves; GRYNSZPAN, Mário. **A favela fala**: depoimentos ao CPDOC. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 25.

distância com instituições econômicas, sociais e políticas que atuam tanto dentro quanto fora das localidades/territorialidades urbanas identificadas como “favela” ou “vila-favela”.

Referências Bibliográficas

Documentação

A FAVELA de Belo Horizonte. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 29/10/1931, p.8. BACKHAUSER, Everaldo. "Onde moram os pobres?". **Renascença**, Rio de Janeiro, 13/03/1905. p. 90- 91.

BACKHAUSER, Everaldo. Habitações Populares. *In: Habitações Populares – Relatório apresentado ao Exm. Sr. Dr. J.J. Seabra, Ministro da Justiça e Negócios Interiores. Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 17/05/1906, p. 107. (Suplemento ao nº 112).

BELO HORIZONTE. Lei nº 178, 6 de outubro de 1919. Autoriza a Prefeitura a criar Vilas Operárias.

BRASIL. Decreto nº 391, de 10 de fevereiro de 1903. Regula a construção, reconstrução, acréscimo e concertos de prédios.

BRASIL. Decreto-lei 762, de 1 de junho de 1900. Reforma, ampliação e reparo nas estalagens.

DIÁRIO DA TARDE. Belo Horizonte, 12/11/1959, Caderno 2, p.1.

ESTADO DE MINAS. Belo Horizonte, 9/8/1925. p.8.

Habitações Populares – Relatório apresentado ao Exm. Sr. Dr. J.J. Seabra, Ministro da Justiça e Negócios Interiores. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 17/05/1906, p. 2. (Suplemento ao nº 112).

IBGE. **População nos censos demográficos, segundo os municípios das capitais – 1872/2010**. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=6>. Acesso em 12/07/2020.

MELLO, Thiz G. Antiga “Favella” de 1897, [1896-1897], Fotografia em Gelatina, 16,6 x 23 cm. **Museu Histórico Abílio Barreto**. Fundo Comissão Construtora da Nova Capital. CCFot1896010.

MONTEIRO, Bernardo. **Mensagem ao Conselho Deliberativo da Cidade de Minas – apresentado em 19 de setembro de 1900**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1900.

Relatório do Gabinete Fotográfico e Observatório Meteorológico sobre trabalhos realizados, 1895. **Museu Histórico Abílio Barreto**. Fundo Comissão Construtora da Nova Capital. CC Dt 11/004.

Bibliografia

ABREU, Maurício de Almeida. Reconstruire une histoire oubliée – Origine e expansion initiale des favelas de Rio de Janeiro. **Genèse**, Paris, n. 16, p. 45-68, 1994.

ABREU, Maurício de Almeida. Da habitação ao habitat: a questão da habitação popular no Rio de Janeiro e sua evolução. **Revista Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, n. 10, p. 47-58, 2003.

ARRUDA, Rogério Pereira de. **Cidades-capitais imaginadas pela fotografia: La Plata (Argentina) e Belo Horizonte (Brasil), 1880-1897**. 2011. 274f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

BARRETO, Abílio. **Resumo histórico de Belo Horizonte**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1950.

BARROS, José D'Assunção. **História Comparada**. Petrópolis: Vozes, 2014

BRUM, Mário. **Cidade Alta: História, memória e estigma de favela num conjunto habitacional no Rio de Janeiro**. 2011. Tese (Doutorado em História) – Instituto de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

CAMPOS, Andreilino. **Do quilombo à favela: a produção do “espaço criminalizado” no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CAMPOS, Luana. **“Instantes como este seus para sempre”**: práticas e representações fotográficas em Belo Horizonte (1894-1939). 2008. 222f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CUNHA, Euclides da. **Os Sertões**. 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.

DETIENNE, Marcel. **Comparar o incomparável**. Aparecida: Ideias e Letras, 2000.

FESSLER VAZ, Lílian. **Modernidade e moradia: Habitação Coletiva no Rio de Janeiro nos séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro: 7 Letras: Faperj, 2002.

FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS – GRUPO DE ARQUITETURA E PLANEJAMENTO. **Habitação popular**: inventário da ação governamental. Rio de Janeiro: FINEP-GAP, 1983.

FISCHER, Brodwyn. **A poverty Rights**: Citizenship and Inequality in Twentieth-Century Rio de Janeiro. Standford/Califórnia: Standford University Press, 2008.

FISCHER, Brodwyn; MATTOS, Hebe; GRINBERG, Keila. Direito, Silêncio e racialização das desigualdades na História Afro-Brasileira. *In*: ANDREWS, George; LA FUENTES, Alejandro (org.). **Estudos Afro-latino-americanos, uma introdução**. Buenos Aires: CLACSO, 2018. p. 163-215.

GILBRAN, Elias; MOYSÉS, Julia (org.). **Percursos do sagrado**: Irmandades do Rosário de Belo Horizonte e entorno. Belo Horizonte: Canal C, 2014.

GONÇALVES, Rafael Soares. **Favelas do Rio de Janeiro**: História e Direito. Rio de Janeiro: Puc-Rio: Pallas, 2013.

GUIMARÃES, Berenice Martins. **Cafuas, barracos e barracões Belo Horizonte, cidade planejada**. 1991. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1991.

LEME, Maria Cristina. **Urbanismo no Brasil, 1895-1965**. Salvador: EdUfba, 2005.

LIMA, Nísia Trindade. **Um sertão chamado Brasil**: Intelectuais e representação geográfica da identidade nacional. Rio de Janeiro: Revan/IUPERJ-UCAM, 1999.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. A continuidade do “Problema da favela”. *In*: OLIVEIRA, Lúcia Lippi (org.). **Cidade**: história e desafios. Rio de Janeiro: FGV, 2002. p. 221-237.

MATTOS, Romulo Costa. **Pelos Pobres! Campanhas pela construção de habitações populares e discursos sobre as favelas na Primeira República**. 2008. Tese 275f. (Doutorado em História) – Instituto de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

MOTTA, Marly. **Rio, cidade-capital**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

PAULA, João Antônio de. Memória e Esquecimento, Belo Horizonte e Canudos: encontros e estranhamentos. **Varia Historia**, Belo Horizonte, n. 18, p. 43-61, 1997.

PINTO, Luis Costa. **O negro no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996;

OLIVEIRA, Samuel Silva Rodrigues de. **“Os trabalhadores favelados”**: identificação das favelas e movimentos sociais no Rio de Janeiro e Belo Horizonte. 2014. 332f. Tese (Doutorado em História) – Centro de Pesquisa e Documentação

de História Contemporânea do Brasil, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2014.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz Ribeiro; PECHMAN, Robert (org.). **Cidade, povo e nação: Gênese do urbanismo moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. **Dos cortiços aos condomínios fechados: As formas de produção da moradia na cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

PEREIRA, Josemeire Alves. **Para além do horizonte planejado: racismo e produção do espaço urbano em Belo Horizonte – séculos XIX e XX**. 2019. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2019.

SEGALA, Lygia. **O Riscado do Balão Japonês: Trabalho comunitário da Rocinha (1977-1982)**. 1991. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1991.

SILVA, Maria Lais Pereira da. **Favelas Cariocas (1930-1964)**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

SOUSA, Alberto. **Do mocambo à favela: Recife, 1920-1990**. João Pessoa: Editora UFPB, 2003.

TEULIÈRES, Roger. As favelas de Belo Horizonte. **Boletim Geográfico Mineiro**, Belo Horizonte, n. 1, p. 8-30, 1957.

VALLADARES, Lícia do Prado. **A invenção da favela: do mito de origem à favela.com**. Rio de Janeiro: FGV, 2005

Recebido: 12/05/2020

Aprovado: 06/07/2020